

BOLETIM
O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Editorial

O caso da TAP (ver centrais) mostra que o problema não está nos milhares de milhões que o governo dá “para as empresas se aguentarem” e “o emprego se manter”. O problema está em esse dinheiro, o dinheiro dos contribuintes, dos trabalhadores, ser entregue aos patrões.

Nada melhor, de facto, que o caso da TAP para ilustrar o inevitável desfecho dos famosos “apoios às empresas”. O caso da TAP são 1.200 milhões em créditos, que a UE aprovará — a troco de um plano de despedimentos.

E não é só a TAP. A crise já está a provocar despedimentos por todo o lado. Os precários primeiro, mas também cada vez mais despedimentos colectivos.

banca e das grandes empresas para evitar fugas de capitais e fraudes e acabar de vez com a vergonhosa sangria do “Novo Banco”.

Alternativa aos milhares de milhões de euros dados aos patrões, alternativa a pôr a segurança social (os fundos descontados pelos trabalhadores) a pagar a maior parte, ou mesmo a totalidade, dos salários, é o governo dar, por exemplo, **crédito sem juro às pequenas empresas**, desde que elas continuem a pagar a totalidade dos salários — com os **livros de contas abertos** e controlados pelas organizações representativas dos trabalhadores, para evitar a fraude.

Alternativa a despedir é **dividir o tempo de tra-**

Não Há Alternativa? Sim, Há Alternativa

**Proibir os Despedimentos. Confiscar a banca e a saúde privada.
Crédito sem juro à pequena empresa, desde que pague integralmente salários.
Abrir livros de contas sob o controlo dos trabalhadores, para evitar a fraude.
E decidir se é a União Europeia ou o povo quem mais ordena.**

Para (diz o governo) evitar despedimentos, dão-se aos patrões cada vez mais e novos subsídios, a fundo perdido, para “gastarem como quiserem” (Siza Vieira) e “salvarem” as empresas.

Evita esta política despedimentos? Não, organiza-os. É ver a TAP.

Mas haverá alternativa, dada a crise? Claro que há.

Para evitar os despedimentos: proibir os despedimentos.

O ministro da economia diz, desdenhoso: não, não se pode: as empresas fechavam logo todas!

“Fechavam”? Não. Quando muito, os patrões fechavam-nas. E porquê? Por falta de rentabilidade do capital investido. Por não darem lucro.

O que o ministro da economia parece estar a dizer é que o capitalismo em crise é incompatível com o emprego e, portanto, com a vida do povo trabalhador.

Não seremos nós a discordar.

Mas, se é incompatível, é preciso **escolher**. O capitalismo? Ou a vida do povo trabalhador?

Para as empresas continuarem vivas se os capitalistas as quiserem fechar, a **alternativa** é **tirar-lhes o controlo** delas. E as organizações representativas dos trabalhadores tomarem o controlo das contas.

Alternativa é o **Estado tomar o controlo da**

balho disponível por todos, sem redução de salário. É muito melhor uso para os milhares de milhões e aguenta o consumo e a economia em geral.

Que a UE não deixa? Isso põe outro problema: quem manda no país? Quem governa, para quem? Serve o voto de quem trabalha para alguma coisa, se quem manda é sempre a UE?

O governo promete que tudo se há-de resolver, no futuro, a bazucadas de fundos europeus. É comprovadamente mentira. Da UE não virá mais dinheiro do que para lá vai. E quando vier, é sob “condições” que nada têm que ver com a vontade de quem trabalha, sofre — e vota. Até lá — mais austeridade, já a promete o projecto de orçamento 2021.

Mais destruição do SNS, salários e pensões de há doze anos, desemprego de massas, mais pobreza.

Sim, a questão das alternativas é a questão que exige resposta.

As questões grandes, as que valem milhares de milhões e estados de emergência, têm sido decididas e votadas pelo Bloco Central.

A “geringonça”, agónica ou finada, tem servido para administrar migalhas e fazer passar os orçamentos que abrem as portas aos milhares de milhões para o patronato e a finança internacional.

É tempo de mudar. ■

OS TRABALHADORES EXPOSTOS À PANDEMIA E À EXPLORAÇÃO

Face ao patronato, ao governo e à pandemia, os trabalhadores sabem que só podem contar com as próprias forças

Perguntado pela TSF no passado dia 3 de Outubro se receava uma vaga de despedimentos, o ministro da economia, Siza Vieira, disse isto: *“Temos de estar preparados para tudo. Temos que nos preparar para o pior, mas estas medidas são para evitar o pior. Dar mais opções aos empresários.”*

Ante a ameaça de centenas de milhares de trabalhadores perderem o ganha-pão, ocorre a este governo dar mais opções aos trabalhadores, proibindo, nomeadamente, os despedimentos?

Não, a única coisa que ocorre ao governo é dar mais

opções aos empresários. A sorte de quem trabalha, nas mãos de quem explora.

Que o PS tenha sido posto no governo por quem é explorado: não interessa. O governo do PS toma partido pelo patronato.

A doutrina do governo é simples: os trabalhadores que se amanhem.

Pela sua parte, os trabalhadores sabem que só pela própria luta pelos seus direitos, com as suas organizações, se poderão salvar. Não há outro caminho. É o que mostram as lutas em curso.

“Dar mais opções aos empresários”

Breve resumo da política do governo, dado pelo ministro da economia

Enfermeiros

Greve de Cinco Dias em Novembro

Um dos sindicatos dos enfermeiros convocou cinco dias de greve para os dias 9 a 13 de Novembro.

Não vivendo de palmas nem de promessas sempre incumpridas, os enfermeiros reivindicam, nomeadamente, o descongelamento das progressões na carreira, a equiparação dos vínculos de trabalho, a conclusão das negociações para ACT para os enfermeiros em contrato individual, a atribuição de subsídio de risco a todos, o direito à pensão aos 35 anos de serviço e 57 de idade e a admissão de mais enfermeiros, com vínculo contratual sem termo, para cobrir as necessidades permanentes identificadas.

Hospital de Braga

Trabalhadores conquistam adesão ao ACP

1.561 profissionais de saúde do Hospital de Braga arrancaram pela luta os direitos que lhes eram devidos há mais de um ano, desde que o Hospital saiu da gestão pelo Grupo Mello e passou de novo a hospital público.

Só agora, depois de numerosos protestos e greves, vão os trabalhadores beneficiar dos Acordos Colectivos de Trabalho dos hospitais públicos. São 657 enfermeiros, 99 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, 805 profissionais



de carreiras gerais e 10 farmacêuticos que vêm os seus salários actualizados e os horários e carreiras regularizados pela adesão aos Acordos Colectivos de Trabalho.

A luta passou por uma greve, no final de Setembro, com adesão de 90%.

Indústrias Alimentares em Luta

Contra a Caducidade dos Contratos, Arma do Patronato Mantida pelo Governo

Mais de 55.000 trabalhadores das indústrias alimentares estão entre os que mais sofrem com a política de caducidade dos contratos colectivos, introduzida pela troika e continuada pelos governos Costa..

Caducaram ou estão com negociações bloqueadas os contratos de sectores como as carnes, o abate de aves, as moagens, arroz, rações e massas, a confeitaria, a pastelaria a indústria do tomate, o frio, as conservas a panificação e a batata frita.

A maioria destes contratos não são revistos há mais de 10 anos e, por isso, a esmagadora maioria dos trabalhadores abrangidos por esta contratação colectiva recebem apenas o salário mínimo.

Os patrões deixaram de aplicar a contratação colec-

tiva mesmo onde os contratos não caducaram, reduzindo drasticamente os rendimentos dos trabalhadores, não pagando o trabalho nocturno, por turnos, suplementar, em dia feriado, diuturnidades, complementos de doença, seguro e reforma, etc.

O Governo, pelo seu lado, nem dá andamento aos requerimentos de arbitragem, como é o caso das Carnes, requerida em Novembro de 2018.

Os trabalhadores, com os seus sindicatos, fizeram uma concentração nacional de protesto no dia 14 de Outubro, exigindo o respeito dos seus direitos contratuais, negociações urgentes, a publicação das convenções bloqueadas há anos, aumentos salariais justos e dignos para todos.



OS TRABALHADORES EXPOSTOS À PANDEMIA E À EXPLORAÇÃO

TAP, Exemplo de para que Serve o Orçamento de Austeridade: para Despedir

O Estado poderá ter passado a maior accionista da TAP — pagando milhões ao especulador Neeleman pelo privilégio de o país e os trabalhadores se verem livres dele. Porém, continua a funcionar como empresa subordinada à lei absoluta da União Europeia — portanto, política do governo português — a “concorrência livre e sem entraves” Ajudas estatais, “distorcendo o mercado”, não podem ser.

Mas agora, para salvar a Lufthansa e a Air France, afinal já podem. E o Estado português vai, assim, injectar 1.200

milhões em créditos na TAP. Para isso, porém, é preciso um “plano de reestruturação”, a aprovar... pela Comissão Europeia!

O ministro mais “à esquerda” do governo está a trabalhar no plano: a estudar quantos milhares exactamente se despedem. 1200, que tinham vínculos fracos, já foram. Desce agora a chantagem aos demais, assim recentemente descrita pelo *Expresso*.

Chantagem aos trabalhadores da TAP:
Respondam “(...) se aceitam segurar os mais novos e sacrificar os salários dos mais velhos ou se preferem que se despeça.”

“Está a abater-se o desânimo entre os trabalhadores da TAP em lay-off ou com o horário reduzido desde abril. Têm pela frente um horizonte incerto e já sabem que os contratos a prazo não serão renovados. O ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, admitiu esta semana no Parlamento que até ao final do ano vão sair da TAP 1600 trabalhadores. Já saíram, na sequência da pandemia, 1200. O grupo tem 13 mil trabalhadores.

Há já empregados da TAP a passar dificuldades. Em alguns casos famílias, uma vez que há muitos casais a trabalhar na companhia.

O rendimento encolheu. José Sousa, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA), estima que os trabalhadores de terra venham a perder três salários até ao final deste ano. Henrique Louro Martins, presidente do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC), aponta para cortes mais profundos (...) os tripulantes irão chegar ao final de 2020 com menos cinco salários. A preocupação de ambos é grande. Lamentam a falta de informação.

As negociações com os sindicatos ainda não começaram. (...) A grande questão que os tra-

balhadores vão ter de responder é se aceitam segurar os mais novos e sacrificar os salários dos mais velhos ou se preferem que se despeça. Uma coisa parece certa, sem voos e com as limitações impostas por Bruxelas, a TAP vai ter de encolher: O *Expresso* sabe que a administração solicitou ao Governo que aceitasse a negociação de pré-reformas, mas ainda está à espera de uma resposta. Não será um caminho fácil. Por um lado, teria custos pesados para a TAP, por outro, o Governo não pode abrir uma exceção para a companhia.”

(do *Expresso*, 24/10/2020)

Não a Mais um Estado de Emergência Pró-Patronal!

A mando do Presidente da República, que, além da Comissão Europeia, é quem comanda o governo de António Costa, foi votado no Parlamento, com os votos do PS, do PSD e do CDS — e a lamentável abstenção do BE — um novo estado de emergência, justificado pelo combate à pandemia da Covid-19.

A verdade é esta (reconhecida pelos governantes aos Domingos): os trabalhadores, a juventude e a população em

geral têm tido um comportamento apropriado. O Estado, em contrapartida: não fornece máscaras gratuitas, forçando quem não tem dinheiro a usá-las impropriamente. Não descongestionou os transportes. Não reforçou o SNS no Verão. Não requisitou o sector privado nem confiscou os seus meios. Avançou com mais um OE de austeridade contra o SNS. Conclusão: restringem-se as liberdades dos trabalhadores e da juventude...

Dissem-lo no n.º 17 d’*O Trabalho*: o estado de emergência não serve para combater a pandemia, serve para restringir os direitos dos trabalhadores e proteger “as empresas”, isto é, os patrões.

O Presidente da República exigiu de novo o estado de emergência, como se esperava. António Costa curvou-se.

Desta vez, segundo Costa, o estado de emergência servirá, estranhamente, para “dar segurança jurídica” a acções “necessárias”, mas que, sem decisão parlamentar, são eventualmente inconstitucionais. Perguntar-se: por que não submeter então especificamente as “decisões necessárias” a decisão parlamentar?

Acções “eventualmente necessárias” podem ser:

— requisitar funcionários públicos

dispensados de trabalho presencial por serem de grupo de risco e pô-los a desempenhar funções ligadas ao combate à



pandemia — para as quais... o governo não recrutou o pessoal necessário!

— “requisitar” meios e estabelecimentos privados para tratar doentes — mas (citando o decreto presidencial), “preferencialmente por acordo” e “mediante

justa compensação”... ou seja, não é “requisição” nenhuma, é criar um sector de negócio para os privados.

— decretar o recolher obrigatório e outras restrições à circulação e a outras liberdades.

Em suma, **mobilizar trabalhadores à força** para fazerem o que não é da sua competência nem do seu trabalho contratual; e **pagar a privados**, segundo acordos chorudos já pré-assinados, para fazerem o favor de “ajudar” o SNS...

Os partidos em quem os trabalhadores votaram não podiam votar este estado de emergência pró-patronal. Porém, os deputados do PS juntaram-se ao PSD e CDS para votar a favor. O PCP, bem, votou contra. Incompreensivelmente, o BE “viabilizou” de novo, abstendo-se. ■

O Orçamento 2021 Promete mais Miséria

Os deputados dos partidos que os trabalhadores

Pouco edificante, o espectáculo da aprovação do Orçamento para 2021 na generalidade (a votação final é em finais de Novembro).

Do lado da direita burguesa, o PSD votou contra, mas deixando claro que, mais coisa menos coisa, o orçamento é exactamente o que ele faria. Quando muito, os patrões haviam de receber mais em subsídios directos em vez de indirectos. Rui Rio só votou contra porque:

1. o PS afirmou semanas antes que não queria nem precisava do voto do PSD: “Então, se é assim, amanhã-se lá vocês”, fez R. Rio.

2. e as “instituições” (cognome de Marcelo Rebelo de Sousa; lei absoluta para A. Costa, que segue sempre as in-

struções do Presidente) consideraram essencial que este orçamento seja visto como “de esquerda” e, portanto, viabilizado “à esquerda”. O Presidente da República passou o Verão a dizê-lo.

A comunicação social, de direita, centro, esquerda ou “lib-

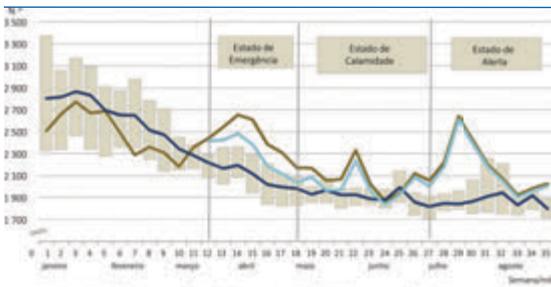
Seria Sequer Aceitável o SNS, em 2021, Ficar Mais ou Menos na Mesma, Como o Governo Diz que Fica com as Verbas que lhe Atribuiu?

eral” — grande moda actual — multiplica-se também em editoriais, confirmando que estamos, oficialmente, indubitavelmente, perante um orçamento... “de esquerda”.

A “estabilidade das instituições” exige um orçamento “viabilizado” pela esquerda e visto como “de esquerda”.

Porquê? Será porque a fraqueza política (e eleitoral) dos

“Sobremortalidade” Mostra: SNS Não Resistiu à Devastação do Desinvestimento



Óbitos/semana, 2020 v. média 2015-2019, semanas 1-35

O SNS resistiu, dizem os políticos a torto e a direito, mostrou-se “resiliente”, foi um exemplo para todos, etc. Será verdade?

Indiscutivelmente, enfermeiros, médicos, pessoal técnico e auxiliar desdobraram-se, sacrificaram-se e salvaram vidas apesar da deterioração constante das suas condições salariais e de trabalho.

Os anos de desmantelamento do SNS pela troika e de desinvestimento

agravado sob os governos Costa/Rebelo de Sousa/UE não terão, então, produzido grande efeito?

Claro que produziram. E ele mede-se em milhares de mortes prematuras.

O SNS aguentou a investida da pandemia, sim. Porque suspendeu durante meses quase toda a actividade “não Covid”! A população ficou desprotegida. Doenças graves ficaram por diagnosticar e tratar.

O INE (ver gráfico) estima em quase 4.800 o número de mortes não Covid em excesso, ou sobremortalidade, durante a Primavera e Verão. É um indicador preciso do “preço”, não em euros, mas em vidas humanas, cobrado por anos e anos de destruição do SNS.

Só se pode assistir boquiaberto,

nesse sentido, quando, no debate do orçamento, ante a acusação do Bloco de Esquerda de que o projecto de orçamento para 2021 diminui as verbas à disposição do SNS, em vez de aumentá-las, o governo proclama que as verbas 2021 são suficientes para contratar os médicos e enfermeiros necessários!

A aterradora realidade é: actualmente, em plena Covid, há menos médicos no SNS do que em Janeiro de 2020!

Eis porque aprovar ou não este orçamento não é uma questão “táctica”, como jura a direcção do PS, na esperança de ainda obter o voto final do BE.

Não, não é “táctico”, não é um por menor. Este orçamento, como os anteriores — que o BE desgraçadamente viabilizou — continua a matar o SNS. Só um aumento radical da dotação e investimento no SNS e o fim da saúde como fonte de lucro o pode salvar. ■

Destruição de uma Profissão: O Exemplo dos Enfermeiros

Segundo a UE e a OCDE, há em Portugal pouco mais de 6 enfermeiros por mil habitantes. São três quartos da média da UE, menos de metade da Alemanha ou da Bélgica.

Tal não se deve a que a escola pública portuguesa não forme enfermeiros altamente qualificados. Forma.

Deve-se antes a que os governos não pagam decentemente aos enfermeiros nem lhes aumentam o ordenado há mais de 12 anos., Como à grande maioria dos trabalhadores. Por ordem, lembre-se, da mesma UE. Primeiro via troika, que amputou ordenados, aumentou horários e congelou carreiras. Depois via orçamentos de austeridade dos governos UE/Costa/Rebelo de Sousa (viabilizados pelo BE e PCP) — incluindo o projecto de OE para 2021.

A exortação de Passos Coelho (“vão lá para fora!”) não se aplicou só aos professores. Enfermeiros portugueses ajudam a salvar a vida do primeiro-ministro inglês. Com outros, formam a espinha dorsal do NHS inglês. Estão presentes em hospitais de toda a Europa. A sua formação pagaram-na os impostos dos trabalhadores portugueses agora privados da sua assistência.

Factos e Números

Enfermeiros no SNS (Agosto 2020):	45.498
enfermeiros	33.631 (74%)
enfermeiros especialistas	10.806 (24%)
enfermeiros gestores	1.061 (2%)

Rendimento e carreira no SNS

21.428 (47%) ganham	1.205,08 euros brutos
20.000 (44%) têm CIT (contrato individual) e,	
portanto, não podem evoluir na carreira.	

As carreiras foram congeladas em 2005, o descongelamento depende de um sistema de pontos. Um enfermeiro em início de carreira necessitaria de **mais de 100 anos** para chegar ao topo.

20 mil dos 78 mil enfermeiros inscritos na Ordem (25% e quase metade dos enfermeiros do SNS) estão a trabalhar no estrangeiro.

(Fonte: Polígrafo, 12/10)

e Pilhagem do SNS

elegeram (PS, PC, BE) devem rejeitá-lo

partidos burgueses é tal, que, sem rótulo de “esquerda” no orçamento, não se vai conseguir fazer com que os trabalhadores engulam mais uma dose de austeridade violentíssima, quando os salários estagnam há doze anos? Com que engulam

aprovado “pela esquerda”.

Único problema: não foi por isso nem foi para isso que os trabalhadores portugueses puseram uma maioria de esquerda na Assembleia da República.

Seria Sequer Aceitável o SNS, em 2021, Ficar Mais ou Menos na Mesma, Como o Governo Diz que Fica com as Verbas que lhe Atribuiu?

nova dose de pilhagem e destruição do SNS? E de continuação da pilhagem do país pela finança internacional, com mais mil milhões para o Novo Banco? E despedimentos massivos? E um novo bodo à economia parasitária dos fundos europeus? Tudo isto, enquanto a pobreza e a miséria avançam a passos largos?

Sim, é por isso que eles precisam que o orçamento seja

Foi, sim, para que os deputados que os trabalhadores elegeram, do PS, do PCP e do BE, tomassem o partido dos trabalhadores e dos seus interesses, não que se tornassem criados dos patrões e da União Europeia.

Os trabalhadores esperam que os deputados que elegeram votem contra mais um orçamento de miséria, contra mais um orçamento de salvação do patronato à custa do povo trabalhador.

Fez bem o BE em votar contra na generalidade. Fará melhor em manter a posição até ao fim.

Orçamentos Sucessivos Organizam a Pilhagem do SNS pelo Sector Privado

A receita é simples: pague-se mal aos profissionais do SNS. Façam-se acordos com o sector privado que garantam a este, digamos 40% do orçamento público da saúde.

O resultado é garantido: uma parte dos médicos vai para o sector privado, onde lhe oferecem melhores condições (com dinheiro vindo, em pelo menos 40%, do orçamento do Estado, que paga mal aos seus médicos). Passa a faltar no SNS. O SNS paga então ao sector privado, principescamente, para tapar os buracos resultantes. Do “principescamente” retiram os privados não só lucros para os accionistas, como meios para reinvestir, pagando, melhor que o SNS, a mais médicos... E assim sucessivamente, até à destruição total.

O ponto em que estamos, em números do INE de 2018 (fonte: *Negócios* de 26/8):

“Dos 12.444,4 milhões de euros transferidos pelas administrações públicas para a prestação de cuidados de saúde em 2018, 41% dizem respeito a entidades privadas. São 5.055,7 milhões (...)

Os hospitais privados ficam com 22,5% das verbas do Estado (...)

Para as entidades do Estado sobra assim 59% do financiamento público.”

Face a isto, pode quem se preocupe

com a protecção da saúde da população trabalhadora ter alguma dúvida de que a solução não é dar mais dinheiro aos privados mediante acordos bem pagos e mais um estado de emergência, mas sim:

- REQUISITAR INCONDICIONALMENTE HOSPITAIS E PESSOAL DO SECTOR PRIVADO PARA O COMBATE À PANDEMIA SEM QUAISQUER INDEMNIZAÇÕES OU COMPENSAÇÕES AOS GRUPOS ECONÓMICOS.
- CONFISCAR DE IMEDIATO TODOS OS LUCROS DO GRUPO LUZ / SAÚDE E QUEJANDOS E ILEGALIZAR O NEGÓCIO LUCRATIVO NO SECTOR DA SAÚDE.

Covid-19 — Grupo Luz / Saúde Tira Lucro Pimpão do Dinheiro Público

A Covid-19 rendeu bons negócios ao sector privado. Noticiou o *Público* em 21/10 que as instituições públicas de saúde gastaram mais de 477 milhões para responder à Covid.

“A GLSMed Trade, do grupo Luz Saúde, foi a empresa que mais facturou em contratos feitos pela Administração Pública para responder à pandemia.. (...) Ao todo, a GLSMed Trade arrecadou 38,3 milhões de euros em gastos com covid-19.”

Muitos destes contratos foram feitos por ajuste directo, ao abrigo do regime excepcional aprovado pelo governo.

Segundo o último relatório de contas, o Grupo Luz Saúde facturou, em 2019, **590 milhões**, com um resultado bruto de 59 milhões. O líquido foram 16 milhões entregues aos accionistas. Nada mal como remuneração. Os investidores estarão contentes com a escolha desta sua aplicação de capital em vez de, por exemplo, numa fábrica de chouriço. ■

OE 2021: direito à saúde já não decide

O governo passou o verão a dizer que não haveria novo confinamento, porque “a economia não aguentaria”. Entendia-se: as empresas entrariam em falência em série.

Na primeira vaga da pandemia, as medidas de confinamento foram justificadas pela saúde da população.

Isso não obsteu a que ficassem especialmente expostos, além dos velhos trabalhadores encerrados em lares, os trabalhadores que não puderam passar ao teletrabalho: a construção civil, as grandes plataformas de distribuição, as indústrias do frio, a agricultura intensiva. Muitos desses trabalhadores eram imigrantes, vivendo amontoados em condições indignas, dependentes do transporte público.

Durante o Verão, sabia-se, disse-o o governo: **a segunda vaga viria**, e poderia ser pior.

Investiu-se em mais camas, ampliar hospitais, unidades de cuidados intensivos, recrutar médicos, enfermeiros, outro pessoal?

Uma resposta simples é esta: há hoje **menos médicos no SNS** do que em Janeiro de 2020. Ou, também: o orçamento 2021 não prevê mais dinheiro para o SNS do que o de 2020.

Tomaram-se medidas para garantir, **nas escolas**, a distância suficiente, reduzir as turmas a metade, recrutar, para esse efeito, os milhares de professores necessários?

Nada disso. Relatava o Público, em 20 de Outubro, que *“800 professores (...) em falta recusaram a colocação numa escola porque iriam ganhar entre 555 e 750 euros líquidos para (...) um horário de 35 horas semanais. Esta era a situação há uma semana, quando estavam por preencher cerca de 1600 lugares”*.

Não se demorou muito a voltar ao princípio fundamental de que, **primeiro vem a economia, o lucro**. Os trabalhadores são “consumíveis”. A saúde não é o direito de que fala a Constituição. É um bem acessório face à verdadeira Constituição que nos governa: os tratados europeus e a sua lei da “concorrência sem entraves”. ■

OE 2021: Lone Star manda

“(...) já não se percebe muito bem qual é o motivo da discórdia. Parece que, entre outros, é o Novo Banco. O que, no mínimo, é estranho, pois o BE viabilizou Orçamentos que transferiram €3 mil milhões, faltando “apenas” €900 milhões do total dos compromissos assumidos pelo Estado na venda à Lone Star. O Governo, mostrando que a imaginação não tem limites, até conseguiu tirar o Novo Banco do Orçamento. Mas nem assim conseguiu convencer o BE.” (L. Marques, *Expresso*, 24/10/2020).

Tem razão o jornalista do *Expresso*: não se percebe bem. Mas, perceba-se ou não, para os trabalhadores portugueses é um progresso que o Bloco de Esquerda, desta vez, se recuse a alinhar na pilhagem do orçamento pela Lone Star.



Isto é: se a direcção do Bloco se mantiver firme. Os chefes do PS congratulam-se com a abstenção viabilizadora do PCP e escrevem que as divergências com o Bloco são “tác-

ticas” e podem-se arranjar até ao voto final. O dirigente histórico do Bloco escreve no *Expresso* que, com duas pilhagens habilidosas, se pode conseguir o voto do Bloco.

António Costa quer absolutamente cumprir o mandato de Marcelo e ter o orçamento votado pela esquerda, não pelo PSD. Amarrar, assim, as direcções sindicais à paz social, para poder usá-las contra as lutas dos trabalhadores pelos salários, pelos contratos, pela proibição dos despedimentos.

Manter-se-á a direcção do Bloco de Esquerda fiel ao voto contra a generalidade? Ou serão tudo “pormenores”, como dizem as chefias do PS, e com duas migalhas se reabrirão as comportas dos milhões para os patrões?

Os trabalhadores e as suas organizações devem manter-se vigilantes. ■

EUA: O Golpe de Trump (cont. da p. 8)

É verdade que Rich Trumka, presidente da principal central sindical, a AFL-CIO, proclamou numa declaração que *“o movimento sindical pura e simplesmente não permitirá nenhuma violação da Constituição dos EUA nem outras jogadas que visem denegar a vontade do povo”* e a AFL-CIO *“(...) estará a postos para fazer o que lhe compete para garantir que à derrota (de Trump) nestas eleições se siga a sua remoção do cargo.”* Mas o que é “o que lhe compete”? Na opinião do LFN, manifestações de massa são absolutamente necessárias, mas poderão não ser suficientes, especialmente durante a actual pandemia. O risco de exposição à COVID, mais a repressão violenta, tanto por forças do Estado como por facinoras supremacistas brancos, poderão tornar difícil mobilizar um número verdadeiramente massivo de pessoas para as ruas dias ou semanas a fio. Paralisar o trabalho não só é intrinsecamente mais eficaz, como, dadas as circunstâncias, poderá ter muito mais apelo.

Que podemos nós, sindicalistas, fazer

nesta semana final?

Primeiro, temos de continuar a defender o direito de voto; impulsionando o voto antecipado e postal e apoiando os correios americanos. Se não pertencermos a grupos de alto risco para a COVID, inscrevamo-nos como colaboradores e observadores das secções de voto, garantindo que eleitores que possam ser objecto de racialização consigam votar em segurança.

Em segundo lugar, temos de organizar as manifestações convocadas por alianças nacionais ou locais, muitas das quais já desfrutam de apoio sindical; e organizar-nos internamente nos nossos sindicatos para garantir uma alta taxa de participação. Os protestos são necessários mesmo que Trump perca e desista dos seus planos de golpe, pois Joe Biden tem que perceber que os trabalhadores irão resistir às suas políticas anti-operárias. Para dar um exemplo, mesmo em plena pandemia, Biden nega-se a apoiar o *Medicare para Todos* (Medicare é o seguro de saúde nacional que só cobre actualmente os

cidadãos com mais de 65 anos, NdR).

Em terceiro lugar, temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para dar força aos apelos à greve. Mesmo pequenas greves locais podem transformar-se num movimento grevista massivo. Isso mesmo mostrou o movimento *Red for Ed*, (“de vermelho pela educação”, movimento grevista dos professores — NdR) que, há dois anos, obrigou os dirigentes sindicais a darem-lhe o seu apoio.

Por último, temos de considerar o longo prazo. A defesa do direito elementar ao voto e à transição pacífica do poder é essencial neste momento. Contudo, é igualmente necessário continuar a construir uma autêntica alternativa política aos democratas e republicanos. Apelamos a juntar-vos a nós na construção do *Labor and Community for an Independent Party* (LCIP), “Movimento Trabalhista por um Partido Independente”, iniciativa que visa criar uma alternativa aos partidos gémeos dos patrões, que, ambos, nos trouxeram até este assustador momento histórico. ■

Bielorrússia

“O desfecho da luta contra a ditadura depende da classe operária”

Conversa com um membro do comité de greve da fábrica *Remontajstroj*, da cidade de Soligorsk

Entrevista publicada no dia 18 de Outubro no boletim *Polymia* (“A Chama”), que refere, ainda, que “os olhos dos manifestantes estão postos nas empresas. Poucos contestam que o desfecho da luta contra a ditadura depende da classe trabalhadora. Soligorsk, a “capital dos mineiros” (de minas de potássio, operadas pela empresa *Belaruskali* — nota da redacção)



Assembleia operária na Belaruskali

Como se formou o vosso comité de greve?

A nossa fábrica de manutenção de estruturas metálicas trabalha como sub-empiteira da *Belaruskali*. O comité de greve nasceu da coordenação do sindicato independente e de iniciativas de trabalhadores que leram na internet como montar um comité de greve. O comité constituiu-se muito depois de a greve, que foi espontânea, ter começado.

O vosso comité de greve representa a maioria dos trabalhadores?

Sim: a maioria dos que, após a eleição presidencial de 9 de Agosto e os protestos que se lhe seguiram, manifestaram a sua recusa da repressão policial (dos manifestantes que contestavam a reeleição do presidente Lukashenko com mais de 80% dos votos - NDR). Alguns colegas admitiam ter votado em Lukashenko, mas ficaram indignados com o terror policial. Com o tempo e o peso da propaganda estatal a passar em contínuo na televisão, foi preciso desmentir aos colegas que o comité estivesse a favor de reivindicações nacionalistas e outras mentiras espalhadas pela televisão oficial.

Que reivindicações têm os trabalhadores? Confiam nos dirigentes da oposição que a comunicação social tem atirado para a frente (Tikhanovskaya, Kolesnikova, Latushko, etc.)?

As reivindicações do comité de greve são as reivindicações democráticas apresentadas por toda a oposição liberal. Quando se propuseram reivindicações operárias, houve quem dissesse que isso não estava na ordem do dia. Os trabalhadores têm opiniões variadas sobre os dirigentes da oposição liberal, mas, regra geral, a simpatia não é grande.

Que papel têm os sindicatos independentes e que posição tem o sindicato “oficial” (isto é, integrado no regime — NDR)?

“Hoje todos os trabalhadores sabem o que é uma greve e participaram nela”

Na nossa fábrica, o sindicato independente, por um lado, e a hierarquia, que é pró-oposição, por outro, foram a espinha dorsal da organização da greve. No princípio, o sindicato “oficial” não se opôs, pois a indignação dos colegas era geral. No primeiro dia, o representante do sindicato oficial da fábrica votou pela greve e até nos apoiou, registando-se como grevista, quando nós estávamos apresentando reivindicações políticas e muita gente maldizia o sindicato dele. Depois, nunca mais o vimos: chegaram ordens de cima para lutar contra a greve.

E os outros comités de greve?

Constituíram-se em Agosto na maior parte das empresas em greve. As instalações do sindicato foram invadidas pelos trabalhadores, que queriam que os ajudássemos a organizar a greve e a formar os seus comités de greve. O comité dos mineiros da *Belaruskali* tornou-se, é claro, num dos maiores e mais organizados, e ainda é. O poder concentrou contra ele a acção repressiva: um dos seus dirigentes mais activos, Anatoly Bokun, foi preso durante, primeiro, vinte e cinco dias, depois mais quinze. Nenhum dirigente de comité de greve escapou à prisão! Apesar da repressão, os trabalhadores continuam, mais coisa menos coisa, a apoiar a greve. Um terço dos mineiros recusou-se a voltar à superfície, acorrendo-se ao fundo da mina. E, recentemente, os mineiros formularam, além das reivindicações políticas, reivindicações económicas: melhores condições de trabalho e aumento de salários.

Quais são as perspectivas?

As perspectivas para a luta dos trabalhadores melhoraram consideravelmente. Há alguns meses, “greve” ou “comité de greve” eram palavras que se referiam a um passado distante. Hoje todos os trabalhadores sabem o que é uma greve e participaram nela. Mas não tenhamos ilusões: as próximas greves, por reivindicações puramente sociais, não serão tão fáceis. Esta greve política foi, com efeito, lançada tanto pelos trabalhadores como pela hierarquia. Ora, sem sindicatos, a classe trabalhadora não está organizada e, quando as reivindicações representarem apenas os nossos próprios interesses como classe trabalhadora, sair-nos-á ao caminho a oposição dos engenheiros e quadros. A capacidade de mobilização dos trabalhadores é determinante: no país, no dia 7 de Agosto, ninguém podia imaginar que, dez dias depois, íamos estar todos em greve. A nossa tarefa, como comunistas, é estarmos sempre preparados para essas viragens bruscas, recorrendo a sindicatos, organizações e partidos prontos a servir os trabalhadores! ■

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “*A Internacional*”

Página web: <http://ainternacional.pt>

Responsável: José Júlio Santana Henriques

Endereço mail: jose.santanah@gmail.com

MUNDO

Estados Unidos Trump Ameaça com Golpe de Estado

Ao ler estas linhas, o dia das eleições presidenciais americanas já terá passado. Nas semanas recentes, Trump tem anunciado que não aceitará os resultados se estes não lhe derem a vitória. Apela abertamente a grupos fascistas para se manterem a postos para o que

der e vier. O clima é de guerra civil e sinal da crise extrema que atravessa a classe dominante do principal país imperialista. Publicamos aqui um texto da LFN, Rede de Resistência Trabalhista, que apresenta a saída do movimento operário dos EUA para a crise.

O sistema de governo dos EUA enfrenta uma crise política de uma qualidade e magnitude sem precedentes desde a Guerra Civil. É a primeira vez que um presidente dos Estados Unidos afirma reiteradamente que não admitirá a derrota se perder a reeleição.



Não é uma ameaça fútil, quando faltam menos de duas semanas para a eleição.

Tem Trump poder para fazer um golpe? Um extenso artigo publicado recentemente pela revista *The Atlantic* refere que há pouca coisa que legalmente lho impeça. Subjaz ao nosso sistema a ideia de transição pacífica de poder. Não havendo mecanismos processuais óbvios para responder a tal ameaça. Trump ameaçou, se necessário, com intervenção militar das mesmas forças armadas do Ministério do Interior e da guarda de fronteira que mandou para Seattle e Portland atacar os manifestantes do *Black Lives Matter*. Quando lhe pediram que repudiasse o supremacismo branco, mandou os bandos racistas (“milícias”) “recuar e manter-se a postos”, mal disfarçado chamamento do reflexo condicionado preparatório de uma intervenção violenta.

Há muito quem já se esteja organizando para intimidar e agredir eleitores no dia da eleição. Mais, Trump pode contar com a polícia racista para apoiá-los na empresa. Por enquanto, não tem o apoio das forças armadas, nem do FBI (que declarou as milícias supremacistas brancas principal ameaça terrorista interna), nem de sectores de outras agências de espionagem e informação federais. Resta saber se todos eles interviriam para parar um golpe. Alguns generais disseram que preferiam demitir-se a mandar tropas reprimir protestos, mas isso apenas deixa caminho aberto para outros cumprirem as ordens.

Acresce que o Partido Democrático não montou nenhuma resistência efectiva. Em última análise, ambos os partidos respondem perante os seus financiadores

empresariais, da classe dominante, não perante os seus eleitores. É do interesse da classe dominante continuar as políticas desastrosas quer de Trump quer de belicistas neoliberais como Biden. Se as coisas derem para o torto, é real o risco de os democratas concederem a vitória a Trump para evitar mais comoções económicas e das instituições em que o sistema capitalista se sustenta. Desde já desistiram de recorrer a meios eficazes para bloquear Amy Coney Barrett, a juiz nomeada por Trump para o Supremo Tribunal. E têm respondido em termos quase estritamente legalistas à supressão de eleitores das listas e à fraude eleitoral. O que pode dar em a eleição acabar por ser decidida por um Supremo Tribunal propenso a apoiar Trump.

Seja qual for o desfecho final, os próximos meses vão ter impacto histórico decisivo. Enquanto lutamos contra



uma pandemia letal, uma depressão que se aprofunda, o alastramento da brutalidade policial e ataques dos supremacistas brancos e nos vemos continuamente assolados por furacões e incêndios florestais, tudo isto com efeitos já de si desproporcionais para os já marginalizados, arriscamo-nos a perder os nossos direitos democráticos mais elementares. Se assim acontecer, arriscamo-nos também a ter uma guerra civil e a escorregar para o fascismo propriamente dito — algo que a maioria dos trabalhadores americanos não teria, até há poucos meses, considerado como ameaça iminente, mesmo considerando a pressão que se tem acumulado ao longo de muitos anos. Se perdermos os nossos direitos democráticos, defender-nos tornar-se-á muito mais difícil e perigoso. À medida que o capitalismo se vai desmoronando, é perfeitamente previsível que as crises continuem e piores. O tempo que resta à humanidade para

superá-las está literalmente a chegar ao fim.

Tem sido a pressão criada pela pandemia, pelas agressões racistas, pela sobrevivência económica e pelos desastres climáticos o que tem preocupado a maioria das pessoas neste país. Só nas últimas semanas é que grande número de grupos, além do esforço voluntário e abnegado para ganhar a votação, começou a dar prioridade à ameaça. Têm surgido por todo o país frentes locais de organizações sindicais, religiosas, ambientais, pela justiça económica, anti-racistas e pela igualdade entre homens e mulheres, assim como iniciativas nacionais como *Protect the Results* (“Defender o Resultado”), uma frente politicamente variada que abrange o CWA e o SEIU, que representam mais de 2 milhões de trabalhadores, ou *The Frontline* (“Linha da Frente”), encabeçada pelo *Working Families Party* (“Partido das Famílias Trabalhadoras”) e pelos fundadores do movimento *Black Lives Matter*, que apela aos liberais com simpatias de esquerda. Uma iniciativa mais radical de esquerda — a *People’s Strike*, ou “Greve Popular” — pôs em circulação um compromisso para participar em manifestações, ocupações e greves alternadas entre o dia das eleições e a posse, com uma lista de reivindicações a favor da classe trabalhadora. Há, por fim, muitas iniciativas locais promissoras.

Como sindicalistas, reconhecemos que o movimento sindical organizado podia desempenhar um papel decisivo nesta luta. Graças à possibilidade que temos de paralisar o trabalho, podemos impedir a usurpação de Trump. O *Labor Fightback Network* (LFN), “Rede de Resistência Trabalhista”, aplaude o apelo da União dos Sindicatos de Rochester (Estado de Nova Iorque) a uma greve geral depois das eleições no caso de Trump não ceder o poder. No entanto, é improvável que isso se consiga sem um apelo vindo dos dirigentes sindicais de topo. Por enquanto, não houve. Um cenário mais provável é que protestos massivos, com participação sindical, se transformem primeiro em greves locais e depois numa onda de greves massivas que os dirigentes sindicais se vejam obrigados a apoiar.

(cont. p. 6)